

Anais da Assembléia

Nº 3

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 04 DE MARÇO DE 1975

ANO I

1ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura

Ata da 2ª Sessão Ordinária

Realizada em 4 de Março de 1975. (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Luiz Gabriel Sampaio, José Antônio Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Lúcio Machado, Dácio Leonel, David Federmann, Deny Lineu Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Barbosa, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoatto, Ezequias Losso, Accioly Neto, Francisco Escor-sin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Sioni Neto, Muggiatti Filho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilson Sguarezzi, Oswaldo Pereira, Quilse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Barbalho. (49); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aragão de Matos Leão, Fabiano Braga Côrtes, José Domingos Scarpelini, Trajano Bastos de Oliveira e Wilson Fortes. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS

1/75

Curitiba, 6 de janeiro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais de Floresta, Palmital, Porto Rico, Tambora e Terra Rica, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Floresta.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil) daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria de Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário do Estado, General MÁRIO CARNEIRO PORTES, e

pelo Bacharel ANTONIO LOPES DE NORONHA, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado, Engenheiro GEHRARD LEO LINZMEYER — por seu Diretor Geral, Engenheiro ROLF LUNKMOSS DE CRISTO; e a Prefeitura Municipal de Floresta — consoante autorização outorgada pela (s) Lei (s) Municipal (ais) nº (s) 101/74, de 04/7/74, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal CLÓVIS FREITAS, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no (s) processo (s) de protocolo (s) nº (s) 4.764/74 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO E VALOR

1.1. — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Floresta, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do Projeto/D.E.O.E. nº 5545 e da Especificação/D.E.O.E. nº 11/70.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo, em alvenaria, de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (2), área global de 81,21 m² (oitenta e um metros e vinte e um decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. nº 5.328 e Especificações/D.E.O.E. nº 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimado da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA — DA EXECUÇÃO DA OBRA.

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob o nº 10.866 no Livro 3-M de Transcrição das Transmissões do Segundo Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá, deste Estado, terreno esse constituído pelas datas de terras nºs 4 (quatro) e 5 (cinco) da quadra nº 45 (quarenta e cinco), situadas na Vila Paraíso, da cidade de Floresta, com a área global de 864,00 m² (oitocentos e sessenta e quatro metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se à empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por

empreiteiro que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 – O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 – A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da Obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, idênticamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 – A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente a execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CUSTEIO DA OBRA

3.1 – O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 – A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o (s) da Prefeitura Municipal a conta de dotação (ões) própria (s) e o (s) da Secretaria da Segurança a conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL (Lei Estadual nº 6.102, de 27/5/70, parcialmente alterada pela Lei Estadual nº 6.409, de 13/6/73), tendo sido, quanto a esta, extraído em 11/11/74, o empenho de verba nº 165, no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

3.2 – Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 – 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 6.000,00).

3.2.2 – 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 8.000,00).

3.2.3 – 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages. (Cr\$ 8.000,00).

3.2.4 – 20% (vinte por cento) quando executadas as insta-

lações hidráulica e elétrica, e as esquadrias. (Cr\$ 8.000,00).

3.2.5 – 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 8.000,00).

3.2.6 – 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 2.000,00).

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

4.1 – Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 – Formalizando o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA – DA PLACA INDICATIVA

5.1 – Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 – A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria de Segurança.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONVÊNIO

6.1 – O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas assim como poderá – independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial – ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 – Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES SECUNDÁRIAS

8.1 – Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

a) MÁRIO CARNEIRO PORTES
Secretário da Segurança Pública do Estado

a) GERHARD LEO LINZMEYER
Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

a) CLOVIS FREITAS
Prefeito Municipal de Floresta

a) ANTONIO LOPES DE NORONHA
Diretor da Polícia Civil

a) ROF LUNKMOSS DE CHRISTO
Diretor Geral do D.E.O.E.

Termo de Convênio, como abaixo se declara entre a Secretaria de

Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Palmital.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil) daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria de Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General MÁRIO CARNEIRO PORTES, e pelo Bacharel ANTONIO LOPES DE NORONHA, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado, pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro GERHARD LEO LINZMEYER — por seu Diretor Geral, Engenheiro ROLF LUNKMOSS DE CRISTO; e a Prefeitura Municipal de Palmital — consoante autorização outorgada pela Lei Municipal nº 15/74 e 20/74, de 17/7/74, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal ISRAEL TICHLER MARTINS, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo nº 6.752/73 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO E VALOR

1.1 — O objeto do presente convênio e a construção, na sede do Município de Palmital, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante dos Projetos /D.E.O.E. nºs 4.787 e 5.776 (02 a 04) e da Especificação /D.E.O.E. nº 26/73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 135,00 m² (cento e trinta e cinco metros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. nº 5.328 e Especificações/D.E.O.E. nºs 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimado da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA — DA EXECUÇÃO DA OBRA

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob nº 74.637 do Livro 3-T de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga, deste Estado, terreno este constituído pelos lotes nºs 8 e 9, da quadra nº 43, da Planta do loteamento denominado "Palmital", da referida Comarca, com área total de 1.600,00 m² (um mil e seiscentos metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se à empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteiro que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da Obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente a execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA — DO CUSTEIO DA OBRA

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimado determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal a conta de dotação (ões) própria (s) e o (s) da Secretaria da Segurança a conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual nº 6.102, de 27/5/70, parcialmente alterada pela Lei Estadual nº 6.409, de 13/6/73), tendo sido, quanto a esta, extraído em 24/10/74, o empenho de verba nº 151, no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 6.000,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvena-

ria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 8.000,00).

3.2.3 – 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages. (Cr\$ 8.000,00).

3.2.4 – 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias. (Cr\$ 8.000,00).

3.2.5 – 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 8.000,00).

3.2.6 – 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 2.000,00).

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

4.1 – Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 – Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA – DA PLACA INDICATIVA

5.1 – Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 – A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria de Segurança.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONVÊNIO

6.1 – O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas assim como poderá – independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial – ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 – Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS

8.1 – Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais, das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

a) ANTONIO LOPES DE NORONHA
Diretor da Polícia Civil

a) ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO
Diretor Geral do D.E.O.E.

Termo de Convênio, como abaixo se declara entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Porto Rico, como abaixo se declara:

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil) daqui por diante simplesmente denominada “Secretaria de Segurança”, representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General MÁRIO CARNEIRO PORTES, e pelo Bacharel ANTONIO LOPES DE NORONHA, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado “Departamento” ou referenciado, pela sigla “D.E.O.E.”, representado – perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro GERHARD LEO LINZMEYER – por seu Diretor Geral, Engenheiro ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO; e a Prefeitura Municipal de Porto Rico – consoante autorização outorgada pela Lei Municipal nº 06/74, de 29/5/74 –, daqui por diante simplesmente denominada “Prefeitura Municipal”, representada pelo Sr. Prefeito Municipal MANOEL ROMÃO NETTO, celebraram o presente convênio, à vista do vencido nos processos de protocolos nºs 7.590/73 e 1.844/74 – D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1 – O objeto do presente convênio é a obra de ampliação e melhorias no prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia da sede do Município de Porto Rico, deste Estado, a ser executada em conformidade com o vencido nos processos mencionados no preâmbulo deste instrumento e com vista ao Projeto/D.E.O.E. nº 5.839, à Discriminação Orçamentária/D.E.O.E. nº 41/74, à Especificação/D.E.O.E. nº 41/74 e à Codificação Geral de Serviços/D.E.O.E. sob nºs 1, 6.1, 7.1, 9.1, 10.1, 11.1, 11.2, 12.1, 13.6, 14, 15, 16, 19 e 21, que ficam fazendo parte integrante deste termo.

1.2 – O valor orçado pelo Departamento para a obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 20.603,80 (vinte mil, seiscentos e três cruzeiros e oitenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

2.1 – A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

2.1.1 – No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.1.2 – No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se à empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar

a) MÁRIO CARNEIRO PORTES
Secretário da Segurança Pública do Estado

a) GERHARD LEO LINZMEYER
Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

a) ISRAEL TICHLER MARTINS
Prefeito Municipal de Palmital

suspensão, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

- 2.1.3 – O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.2 – A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da Obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.3 – A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente a execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CUSTEIO DA OBRA

3.1 – Para o custeio da obra a Secretaria da Segurança contribuirá com a importância total enumerada na Cláusula Primeira, item 1.2 (Cr\$ 20.603,80), cabendo à Prefeitura Municipal o suporte das despesas que, eventualmente, excederem àquela importância.

3.1.1 – A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o (s) da Prefeitura Municipal a conta de dotação (ões) própria (s) e o (s) da Secretaria da Segurança a conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL (Lei Estadual nº 6.102, de 27/5/70, parcialmente alterada pela Lei Estadual nº 6.409, de 13/6/73), tendo sido, quanto a esta, extraído em 24/10/74, o empenho de verba nº 154, no valor de Cr\$ 20.603,80 (Vinte mil, seiscentos e três cruzeiros e oitenta centavos).

3.2 – Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 2 (duas) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 – Cr\$ 10.301,90 (dez mil, trezentos e um cruzeiros e noventa centavos) quando a obra se apresentar executada em 50% (cinquenta por cento), aproximadamente, do seu cômputo geral;

3.2.2 – Cr\$ 10.301,90 (dez mil, trezentos e um cruzeiros e noventa centavos) quando a obra houver sido integralmente executada e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

4.1 – Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento

e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições.

CLÁUSULA QUINTA – DA PLACA INDICATIVA

5.1 – Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 – A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria de Segurança.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONVÊNIO

6.1 – O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas assim como poderá – independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial – ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 – Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS

8.1 – Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

- a) MÁRIO CARNEIRO PORTES
Secretário da Segurança Pública do Estado
- a) GERHARD LEO LINZMEYER
Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado
- a) MANOEL ROMÃO NETTO
Prefeito Municipal de Porto Rico
- a) ANTONIO LOPES DE NORONHA
Diretor da Polícia Civil
- a) ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO
Diretor Geral do D.E.O.E.

Termo de Convênio, como abaixo se declara entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Tambaora.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil) daqui por diante simplesmente denominada “Secretaria da Segurança”, representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General MÁRIO CARNEIRO PORTES, e pelo Bacharel ANTONIO LOPES DE NORONHA, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado “Departamento” ou referenciado, pela sigla “D.E.O.E.”, representado – perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro GERHARD LEO LINZMEYER – por seu Diretor Geral, Engenheiro ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO; e a Pre-

feitura Municipal de Tamboara — consoante autorização outorgada pela (s) Lei (s) Municipal (ais) nº (s) 348 e 353, de 26/4/74 e 25/7/74 —, daqui por diante simplesmente denominada “Prefeitura Municipal”, representada pelo Sr. Prefeito Municipal SETEMBRINO FERNANDES RAGNINI, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no (s) processo (s) de protocolo (s) nº (s) 642/74 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO E VALOR

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Tamboara, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante (do (s) projeto (s) /D.E.O.E. nº (s) 5.787 e 5.776 (02 a 04) e da (s) Especificação (ões)/D.E.O.E. nº (s) 26/73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 135,00 m² (cento e trinta e cinco metros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. nº 5.328 e Especificações/D.E.O.E. nºs 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA — DA EXECUÇÃO DA OBRA

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob nº 30.528 no Livro 3-AE de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Paranavai, deste Estado, terreno esse constituído de parte da quadra nº 1 do Plano de loteamento do terreno Ivai, situado no quadro urbano da cidade de Tamboara, com a área de 380,13 m² (trezentos e oitenta metros e treze decímetros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução

da Obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente a previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente a execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA — DO CUSTEIO DA OBRA

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o (s) da Prefeitura Municipal a conta de dotação (ões) própria (s) e o (s) da Secretaria da Segurança a conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual nº 6.102, de 27/5/70, parcialmente alterada pela Lei Estadual nº 6.409, de 13/6/73), tendo sido, quanto a esta, extraído em 31/10/74, o empenho de verba nº 163, no valor de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 9.000,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 13.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages. (Cr\$ 12.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias. (Cr\$ 12.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 12.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 3.000,00).

CLÁUSULA QUARTA — DO RECEBIMENTO DA OBRA

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de

Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA — DA PLACA INDICATIVA

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

CLÁUSULA SEXTA — DA RESCISÃO DO CONVÊNIO

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA — DO FORO

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA — DAS DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

- a) MÁRIO CARNEIRO PORTES
Secretário da Segurança Pública do Estado
- a) GERHARD LEO LINZMEYER
Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado
- a) SETEMBRINO FERNANDES RAGNINI
Prefeito Municipal de Tambora
- a) ANTONIO LOPES DE NORONHA
Diretor da Polícia Civil
- a) ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO
Diretor Geral do D.E.O.E.

Termo de Convênio, como abaixo se declara entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Terra Rica.

cretário de Estado General MÁRIO CARNEIRO PORTES, e pelo Bacharel ANTONIO LOPES DE NORONHA, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado, pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro GERHARD LEO LINZMEYER — por seu Diretor Geral, Engenheiro ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO; e a Prefeitura Municipal de Terra Rica — consoante autorização outorgada pela (s) Lei (s) Municipal (ais) nº (s) 07/74, de 03/04/74 —, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal CLÁUDIO DOMINGOS SOLETTI, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no (s) processo (s) de protocolo (s) nº (s) 6.750/73 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO E VALOR

1.1 — O objeto do presente convênio e a construção, na sede do Município de Terra Rica, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante dos Projetos /D.E.O.E. nºs 4.787 e 5.776 (02 a 04) e da Especificação /D.E.O.E. nº 26/73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 135,00 m² (cento e trinta e cinco metros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto /D.E.O.E. nº 5.328 e Especificações /D.E.O.E. nºs 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros).

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob nº 2.392, no Livro 3-B de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Terra Rica, deste Estado, terreno esse constituído por parte das datas de terras sob nºs 5 e 6 (cinco e seis) da quadra urbana nº 182 (cento e oitenta e dois) da cidade de Terra Rica, com a área global de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados).

CLÁUSULA SEGUNDA — DA EXECUÇÃO DA OBRA

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se à empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil) daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria de Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Se-

inidônea para licitar na Administração Estadual ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11º (décimo primeiro) dia após a primeira assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da Obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente a execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA — DO CUSTEIO DA OBRA

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o (s) da Prefeitura Municipal a conta de dotação (ões) própria (s) e o (s) da Secretaria da Segurança a conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual nº 6.102, de 27/5/70, parcialmente alterada pela Lei Estadual nº 6.409, de 13/6/73), tendo sido, quanto a esta, extraído em 24/10/74, o empenho de verba nº 152, no valor de Cr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos a Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 9.750,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 13.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages. (Cr\$ 13.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias. (Cr\$ 13.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 13.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 3.250,00).

CLÁUSULA QUARTA — DO RECEBIMENTO DA OBRA

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta, por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA — DA PLACA INDICATIVA

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias a divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

CLÁUSULA SEXTA — DA RESCISÃO DO CONVÊNIO

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA — DO FORO

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA — DAS DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

a) MÁRIO CARNEIRO PORTES
Secretário da Segurança Pública do Estado

a) GERHARD LEO LINZMEYER
Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

a) CLÁUDIO DOMINGOS SOLETTI
Prefeito Municipal de Terra Rica

a) ANTONIO LOPES DE NORONHA
Diretor da Polícia Civil

a) ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO
Diretor Geral do D.E.O.E.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 2 de dezembro de 1974, ao Convênio de 5/11/74, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, objeti-

vando desenvolver programa de combate à febre aftosa no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado

Termo Aditivo ao Convênio celebrado, em 5 de novembro de 1970, entre a União Federal e o Estado do Paraná, publicado no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 1971, visando desenvolver o programa de combate à febre aftosa.

Aos 2 (dois) dias do mês de dezembro de 1974 (mil novecentos e setenta e quatro), a UNIÃO FEDERAL, representada pelo Ministro de Estado da Agricultura, professor ALYSSON PAULINELLI, doravante denominada UNIÃO, e o ESTADO DO PARANÁ, representado pelo Seu Governador, Doutor EMÍLIO HOFMANN GOMES, doravante denominado ESTADO, visando uma nova definição dos compromissos assumidos e dando continuidade, em termos atuais, à sistemática de atuação do Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa no ESTADO, resolvem firmar o presente Termo Aditivo do Convênio celebrado, entre ambos, em 5 de novembro de 1970 e publicado no Diário Oficial da União em 4 de fevereiro de 1971, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Os convenientes acordam que os valores constantes da alínea “d” do item I e da alínea “d” do item II, ambas da Cláusula Segunda do Convênio em referência, ficam majorados para Cr\$ 7.838.198,00 (Sete milhões, oitocentos e trinta e oito mil, cento e noventa e oito cruzeiros) e Cr\$ 8.740.000,00 (oito milhões, setecentos e quarenta mil cruzeiros), respectivamente, correndo os gastos, a cargo da UNIÃO, de recursos oriundos do Orçamento Plurianual de Investimentos e do Fundo Federal Agropecuário.

CLÁUSULA SEGUNDA — Estabelecem, também, as partes, em acréscimo ao instrumento original, que dos Cr\$ 8.838.198,00 (sete milhões, oitocentos e trinta e oito mil cento e noventa e oito cruzeiros), a UNIÃO transferirá ao ESTADO, através da DEMA-PR, de uma só vez, o montante de Cr\$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil cruzeiros), com a finalidade de atender despesas do pessoal.

CLÁUSULA TERCEIRA — São ratificadas todas as cláusulas do Convênio ora citado, não alteradas por este Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA — O presente Termo Aditivo entrará em vigor à data de sua publicação no Diário Oficial da União.

E, por estarem acordes, foi lavrado este instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

a) ALYSSON PAULINELLI
Ministro de Estado da Agricultura

a) EMÍLIO HOFFMAN GOMES
Governador do Estado do PARANÁ

A Comissão de Constituição e Justiça.

3/75

Curitiba, 17 de janeiro de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde Pública, com os órgãos que especifica:

Em 14/6/74, com a Universidade Federal do Paraná — Faculdade Federal de Medicina (Clínica Ginecológica), visando a implantação do Programa de Controle do Câncer; e

Em 5/8/74, com o Ministério da Saúde, objetivando desenvolver atividades na área de alimentação e nutrição, conforme o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN).

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

SECRETARIA DA SAÚDE PÚBLICA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SECCIONAL JURÍDICA

Aos 14 (quatorze) dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), presentes, de um lado, o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde, representada pelo Senhor Secretário de Saúde Doutor IVAN B. FONTOURA, daqui por diante denominada simplesmente “Secretaria” e, de outro lado, a Universidade Federal do Paraná, através da Faculdade Federal de Medicina — Clínica Ginecológica, de Curitiba, representada pelo Professor Domício Pereira da Costa, resolveram celebrar o presente Convênio, mediante as condições estipuladas e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I — OBJETO — O presente convênio tem por objeto a implantação do Programa de Controle do Câncer em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde e com o Plano da Companhia Nacional de Combate ao Câncer, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República no Proc. nº 7.771/74, em 6 de setembro de 1973, conforme despacho publicado no Diário Oficial de 10 de setembro de 1973, que objetiva a mobilização e coordenação de recursos humanos, técnicos, científicos e financeiros do país, como o previsto no convênio celebrado em 21/1/74, entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado do Paraná.

CLÁUSULA II — DOCUMENTO BÁSICO — As partes se comprometem a observar, para o êxito das finalidades deste convênio, o Documento Básico, elaborado pela Divisão Nacional do Câncer, que fica fazendo parte integrante deste, e que estabelece objetivos, metas, organização e direção técnica, administrativa e financeira do Programa.

CLÁUSULA III — COORDENAÇÃO — A coordenação de atividades e acompanhamento da execução deste convênio serão confiados a um Núcleo Central, integrado por representantes do Ministério e do Governo.

SUBCLÁUSULA ÚNICA — Poderão ser chamados a colaborar no desenvolvimento das tarefas cometidas ao Núcleo, representantes de entidades de comprovada idoneidade técnica e científica sediadas no Estado.

CLÁUSULA IV — OBRIGAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO — O Governo do Estado, através da Secretaria, obriga-se a:

I — Adotar as recomendações técnicas e operacionais para execução dos planos e programas nacionais estabelecidos pela Divisão Nacional do Câncer para o controle do câncer;

II — Proporcionar recursos financeiros e humanos para a exe-

culção do Programa de Controle do Câncer no Estado, de acordo com o incremento das atividades desenvolvidas;

III – Aplicar os recursos financeiros repassados pela Campanha em estrita obediência às finalidades e quantitativos previsto nos Planos de Aplicação aprovados, apresentando nos prazos fixados os respectivos comprovantes de pagamento;

IV – Sub-repassar à Universidade Federal do Paraná, através da Faculdade de Medicina - Clínica Ginecológica de Curitiba, o número previsto no Plano de Aplicação a que se refere o item III desta Cláusula;

V – Designar um representante da Secretaria para integrar o Núcleo Central a que se refere a cláusula III deste convênio;

VI – Fiscalizar a aplicação dos recursos sub-repassados à Universidade Federal do Paraná através da Faculdade Federal de Medicina - Clínica Ginecológica de Curitiba, e encaminhar as comprovações de despesas à Divisão Nacional do Câncer;

CLÁUSULA V – OBRIGAÇÕES – da Universidade Federal do Paraná através da Faculdade Federal de Medicina - Clínica Ginecológica de Curitiba, obriga-se a:

I – Aplicar as verbas sub-repassadas pela Secretaria, observados a legislação federal pertinente e as normas, procedimentos e objetivos definidos pelo Documento Básico elaborado pela Divisão Nacional do Câncer;

II – Encaminhar à Secretaria a comprovação de despesas do numerário recebido, bem como relatório dos trabalhos realizados;

III – Permitir aos técnicos da Secretaria o acompanhamento in loco dos trabalhos desenvolvidos, facultando-lhes o exame da documentação técnico-científica e administrativa;

IV – Aplicar o numerário recebido de acordo com as finalidades previstas no Plano de Aplicação mencionado no item III da Cláusula IV.

CLÁUSULA VI – MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS – A movimentação dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde será feita pela Secretaria, com a utilização da via bancária oficial.

CLÁUSULA VII – VIGÊNCIA – O presente convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA VIII – CAUSAS DE EXTINÇÃO – Este convênio poderá ser resiliado por ato unilateral, mediante aviso prévio com antecedência de trinta (30) dias, declarado extinto pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, resolvido por mútuo consenso ou rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA IX – MODIFICAÇÕES – Poderá ainda este convênio sofrer modificações ou ser alterado, mediante termo aditivo, em suas cláusulas não essenciais.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente convênio assinado a fls. 31, 31 V, 32, 32 V do livro próprio, pelas partes supramencionadas, em presença das testemunhas abaixo assinadas e por mim ZINA ZÓCCOLI ERMEL Off. Adm. Nível 20, que o lavrei, dele se extraindo cópias para sua publicação e execução.

a) DR. IVAN B. FONTOURA
Secretário de Saúde Pública

a) PROF. DOMÍCIO PEREIRA DA COSTA
Representante da Universidade Federal do Paraná

a) Testemunha
Ilegível.

Termo de Convênio entre o Ministério da Saúde, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde, visando a execução de projeto na área de Alimentação e Nutrição.

Aos 5 (cinco) dias do mês de agosto, do ano de 1974 (mil, novecentos e setenta e quatro), de um lado o Ministério da Saúde, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, Doutor PAULO DE ALMEIDA MACHADO, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, doravante denominado INAN autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, criada pela Lei nº 5.829, de 30 de novembro de 1972, neste ato representada pelo seu Presidente, Doutor GILSON FERREIRA DE ALMEIDA, e, de outro lado, o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde, daqui por diante denominada Secretaria, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, Doutor IVAN B. FONTOURA, resolveram firmar o presente Convênio, observadas as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – O presente Convênio tem como objeto o desenvolvimento de ações na área de alimentação e nutrição, de acordo com as diretrizes da política nacional de saúde, consubstanciada em Projetos elaborados pelo INAN para implementação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN).

CLÁUSULA SEGUNDA – COMPROMISSOS DO INAN – Para dar cumprimento à execução deste Convênio o INAN assume os seguintes compromissos:

a) – Fornecer alimentos à Secretaria, destinados à proteção dos grupos de gestantes, nutrízes, lactentes e pré-escolares, consoante as diretrizes de Projetos que ficam fazendo parte integrante deste Convênio;

b) – Prestar à Secretaria, orientação e assessoria técnica, necessárias ao desenvolvimento das ações projetadas;

c) – Avaliar, em conjunto com a Secretaria, os resultados dos projetos;

d) – Transferir à Secretaria, de acordo com as disponibilidades orçamentárias, recursos financeiros destinados ao custeio das ações projetadas, em conformidade com o Plano de Aplicação a ser aprovado pelo INAN;

e) – Formular recomendações técnicas destinadas a orientar o desempenho das ações relacionadas com os Projetos;

f) – Proporcionar estágio e treinamento ao pessoal ligado ao desenvolvimento de cada Projeto;

g) – Deslocar técnicos dos seus quadros para o exercício de missões de supervisão a nível local, dos trabalhos relacionados com a execução deste Convênio;

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A fim de evitar a dispersão de esforços, a repetição de ações, proporcionar maior harmonia e coerência nas ações, e economia nos gastos, o INAN se articulará com outros órgãos federais incumbidos da execução de atividades nos campos da alimentação e nutrição, visando o desenvolvimento deste Convênio;

CLÁUSULA TERCEIRA – COMPROMISSOS DO GOVERNO – Para dar cumprimento à execução deste Convênio, o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria, assume os seguintes compromissos:

a) – Responsabilizar-se pelo recebimento, armazenagem, conservação e distribuição de alimentos transferidos pelo INAN, observando para tal as instruções e prazos fixados em cronograma elaborado pelo mesmo;

b) – Conferir e atestar o recebimento dos alimentos transferidos diretamente pelo INAN, ou através de terceiros, credenciados pela autarquia;

c) – Observar as recomendações técnicas emanadas do INAN para o desempenho das ações relacionadas com este Convênio;

d) – Manter locais apropriados para o funcionamento da Unidade ou Unidades, julgados indispensáveis ao desenvolvimento do Projeto, em órgãos da Secretaria ou sujeitos à sua supervisão;

e) – Alocar, diretamente, o pessoal técnico e auxiliar, indispensável à execução dos Projetos;

f) – Elaborar e transmitir ao INAN, nos prazos pré-fixados, informações estatísticas, observados os formulários padronizados pelo INAN;

g) – Sugerir providências fundamentais, destinadas ao aperfeiçoamento das ações projetadas;

h) – Aplicar os recursos financeiros recebidos do INAN, com estrita observância do Plano de Aplicação a ser submetido à aprovação do primeiro, observada a legislação federal vigente sobre o assunto;

i) – Prestar contas ao INAN dos recursos financeiros transferidos de acordo com a alínea “d” da Cláusula Segunda, observada a legislação federal vigente e as instruções recomendadas pelo INAN.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – O pessoal alocado pela Secretaria, conforme previsto na alínea “e”, será redistribuído diretamente pela mesma, não implicando essa providência em vínculo empregatício ou subordinação administrativa do INAN, que não assume quaisquer onus trabalhistas, previdenciários ou encargos sociais, advindos dessa relação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – O Plano de Aplicação referido na alínea “h” será elaborado de acordo com as instruções transmitidas pelo INAN, que indicará, dentre outras medidas, os limites e finalidades do emprego dos recursos alocados à Secretaria para o cumprimento das metas e objetivos visados pelos Projetos.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO – No exercício de 1974, os recursos financeiros alocados pelo INAN a execução deste convênio são de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), correndo a despesa, a conta do Elemento 4.1.2.0 do Plano de Aplicação, aprovado pelo Ministro de Estado da Saúde, e publicado no Diário Oficial de 12 de março de 1974.

CLÁUSULA QUINTA – EXTINÇÃO, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO – O presente Convênio poderá ser extinto por comum acordo entre as partes, avisada a uma delas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições; resiliado pela superveniência de norma legal ou ato administrativo que impossibilite seu prosseguimento; alterado nas suas cláusulas não essenciais, ou ainda, prorrogado mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – As partes declaram extinto o Convênio por elas celebrado a 29 de março de 1974.

CLÁUSULA SÉTIMA – O presente Convênio vigorará até 31 de dezembro de 1974, a contar da data de sua publicação na Imprensa Oficial.

E, por estarem justas e acordes, foi o presente lavrado em livro próprio nas folhas de nº 35, verso, 36, 36 verso, 37, 37 verso, pelas partes supra mencionadas, em presença das testemunhas abaixo assinadas e por mim, CELITA DE CASTRO SILVA, que o lavrei dele se extraindo cópias para a sua publicação e execução.

a) PAULO DE ALMEIDA MACHADO
Ministro da Saúde

a) DR. IVAN B. FONTOURA
Secretário de Saúde Pública

a) GILSON FERREIRA DE ALMEIDA
Presidente do INAN

a) Testemunhas
Ilegível

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

76/74

Curitiba, 29 de novembro de 1974

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar as tabelas das funções gratificadas dos funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do

Estado, bem como aumentar os valores do salário família dos dependentes do funcionalismo e das pensões especiais pagas pelo Estado.

A proposição ora formulada, a essa Augusta Casa de Leis, complementando a majoração de vencimentos concedida ao funcionalismo através do decreto nº 6.107, de 01/11/74, baixado em face do disposto no art. 8º e seu parágrafo, da lei nº 6.357, de 15/5/74, visa elevar nos mesmos percentuais e vigência, inclusive no que se refere a antecipação parcial, as vantagens não atingidas pelo citado decreto.

Assim, o Plano de Lei proposto, majora em 30% (trinta por cento) a partir de 1º de março de 1975, as funções gratificadas e o salário família de todo o funcionalismo estadual, elevando também o valor das pensões especiais pagas pelo Estado, ao mesmo tempo em que prevê a título de antecipação dessa majoração, um aumento de 10% (dez por cento) sobre tais vantagens, a partir de 1º de dezembro do corrente ano.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Vossa Excelência o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES – Governador do Estado

Art. 1º – As tabelas das funções gratificadas dos funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, ficam majorados em 30% (trinta por cento), a partir de 1º de março de 1975.

Art. 2º – O valor do salário família atribuído ao funcionalismo estadual fica majorado em 30% (trinta por cento), a partir de 1º de março de 1975.

Art. 3º – O valor previsto no art. 5º da Lei nº 6.357, de 15/5/74, para as pensões especiais pagas pelo Estado, fica majorado em 30% (trinta por cento).

Art. 4º – Dez por cento (10%) da majoração, a título de antecipação das previstas nos artigos 1º, 2º e 3º, desta Lei, será, paga a partir de 1º de dezembro de 1974.

Art. 5º – Nos cálculos decorrentes da execução da presente lei serão desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 6º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

77/74

Curitiba, 29 de novembro de 1974

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade do recolhimento de contribuição referente ao Salário Educação, pelas empresas comerciais, industriais, agrícolas e de prestação de serviços.

A proposição ora submetida a essa Augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade e decorre de disposições da Legislação Federal que conferem aos Estados a competência para legislação sobre a matéria, atendendo ainda, recomendações feitas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Assim sendo, vários Estados da Federação como São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Piauí e outros, já contam com lei estadual regulando o assunto e estão, portanto, arrecadando contribuições a título “Salário Educação”, cujos recursos são aplicados na expansão do ensino de primeiro grau, com vistas também à implantação da reforma de ensino, conforme preconiza a Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

O ensino gratuito obrigatório, anteriormente às normas da legislação federal que versam sobre a reforma do ensino, abrangia apenas as primeiras 4 séries do então chamado curso primário, ao passo que, essa obrigatoriedade, atualmente atinge todo o ensino de primeiro grau, ou sejam, as oito séries que o compõem. Tal situação veio exigir complementação dos compromissos dos municípios nesse grau de ensino, e por essa razão, a União conferiu aos Estados condições no sentido de que normas jurídicas locais cuidem adequadamente do assunto, sendo isto, exatamente, o que se propõe através do anexo anteprojeto de lei.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — As empresas comerciais, industriais, agrícolas e de prestação de serviços, vinculadas à Previdência Social, que não mantiverem ensino de 1º grau ou supletivo gratuito para seus empregados, recolherão aos Cofres Estaduais, a título de Salário-Educação, a quantia correspondente a 0,6% (seis décimos por cento), que incidirá, mensalmente sobre o salário de contribuições de seus empregados, tal como definido na legislação previdenciária.

Art. 2º — Caberá à Secretaria da Fazenda a execução das tarefas concernentes ao recolhimento e fiscalização da contribuição de que trata o artigo 1º, que será devida a partir do mês de janeiro de 1975.

Art. 3º — A contribuição do Salário-Educação de que trata esta lei deverá ser recolhida na forma prevista em instruções a serem baixadas pela Secretaria da Fazenda.

Parágrafo Único — Para os efeitos deste artigo, a Secretaria da Fazenda poderá celebrar convênio com organismos federais de arrecadação, inclusive com o Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 4º — Ficarão isentas do recolhimento mencionado no art. 1º:

- a) as empresas que mantiverem serviço próprio de ensino primário, ou bolsa de estudo para seus empregados, na forma do regulamento desta Lei;
- b) as instituições de ensino e educação, de qualquer tipo ou grau, bem como os hospitais e demais organizações de assistência que não tenham fim lucrativo.

Parágrafo único — A isenção referida na letra "a" deste artigo será concedida pelo Secretário de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, segundo procedimento a ser estabelecido em Decreto.

Art. 5º — Aplica-se, no que couber a contribuição de que trata o artigo 1º, os dispositivos referentes ao procedimento tributário administrativo estabelecido na legislação estadual, inclusive quanto a imposição de multas e aplicação de medidas acauteladoras.

Art. 6º — Os recursos arrecadados em face desta lei serão destinados exclusivamente ao apoio da expansão do ensino municipal de 1º grau, permitindo-se apenas uma utilização máxima de 5% (cinco por cento) para a Fundepar, que fica designada gestora dos fundos arrecadados.

Art. 7º — O Chefe do Poder Executivo baixará, mediante decreto, a regulamentação que se fizer necessária à plena execução da presente lei.

Art. 8º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

85/74

Curitiba, 12 de dezembro de 1974

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 21 de fevereiro de 1974, entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, objetivando aplicação de recursos destinados à assistência a deficientes físicos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida a apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SECCIONAL JURÍDICA

Termo de Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação com sede na Cidade de Curitiba, para aplicação de recursos destinados à assistência a deficientes físicos.

Aos vinte e um (21) dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1.974), presentes de um lado o Ministério da Saúde, representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro do Estado, Doutor MÁRIO MACHADO DE LEMOS, com a participação da Secretaria de Assistência Médica, representada pelo seu Responsável, Ilustríssimo Senhor Doutor PROPÍCIO CALDAS FILHO, e, do outro lado, o Governo do Estado do Paraná, através da sua Secretaria de Saúde representada pelo seu titular, Excelentíssimo Senhor Doutor IVAN BEIRA FONTOURA e a Associação Paranaense de Reabilitação, representada pelo seu Presidente Doutor JOÃO BATISTA FOCÁCIS, resolvem celebrar o presente Convênio mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I — CONVENÇÕES — Ficam convencionadas as designações de "Ministério" para o Ministério da Saúde, de "SAM" para a Secretaria de Assistência Médica, de "Coordenação" para a Coordenação de Assistência Médica, Hospitalar, de "Governo" para o Governo do Estado do Paraná, de "Secretaria" para a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e "Associação" para a Associação Paranaense de Reabilitação.

CLÁUSULA II — OBJETO — O presente Convênio tem por objeto a aplicação de recursos destinados à assistência a deficientes físicos de qualquer natureza, inclusive para aquisição e doação, preferentemente, de aparelhos ortopédicos de membros inferiores, carros e cadeiras de rodas, aparelhos para audição ou para prótese de membros superiores para uso no trabalho.

CLÁUSULA III — OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO — O Ministério se obriga a:

a) conceder à Associação, no corrente exercício, através da Coordenação de Assistência Médica Hospitalar (CAMH), auxílio financeiro no valor de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), para o fim previsto na Cláusula II;

b) prestar assistência técnica à Secretaria para a execução do presente Convênio, diretamente ou através dos centros especializados de reconhecida idoneidade.

CLÁUSULA IV — OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO — A Associação obriga-se a:

a) aplicar o auxílio a que se refere a Cláusula III na produção

ou aquisição dos aparelhos e materiais referidos na Cláusula II, no prazo de até dez meses da data da assinatura do presente Convênio;

b) estimular e orientar a organização e o funcionamento de oficinas ortopédicas no Estado, oficiais ou pertencentes a outras entidades de caráter filantrópico;

c) promover o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para as atividades relacionadas com a assistência a deficientes físicos de qualquer natureza;

d) prestar contas ao Ministério, através da Secretaria, da aplicação dos recursos derivados deste Convênio, no prazo de até (30) dias do término do prazo fixado na alínea "a".

CLÁUSULA V – ATENDIMENTO DOS PEDIDOS – No atendimento dos pedidos, terão prioridade as pessoas carentes de recurso e não vinculadas a sistemas previdenciários, federais, estaduais e municipais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Em caráter excepcional e atendendo a condições especiais, quando comprovada a impossibilidade parcial ou total pelos órgãos previdenciários a que se refere esta cláusula, poderá o auxílio ser concedido a pessoas necessitadas e pobres, pertencentes ao referido sistema previdenciário.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Cabe ao setor específico da Associação a responsabilidade do exame de cada caso e as providências que couberem para o atendimento dos pedidos, com observância das exigências deste Convênio, bem como o atendimento prioritário dos processos encaminhados pelo Ministério, inclusive os provenientes de outros Estados.

CLÁUSULA VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – A despesa com a execução do presente Convênio correrá à conta dos recursos previstos no Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1973 consignados ao Ministério, através da verba destinada à assistência a deficientes físicos, inscrita em "Restos a Pagar".

CLÁUSULA VII – DO ACOMPANHAMENTO – O Ministério, através do órgão competente, fará o acompanhamento deste Convênio junto à Associação.

CLÁUSULA VIII – VIGÊNCIA E EFICÁCIA – O presente Convênio vigorará até 31 de dezembro de 1974, devendo ser publicado no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA IX – RESCISÃO, EXTINÇÃO OU MODIFICAÇÃO – Poderá ainda o presente Convênio ser rescindido pelo inadimplemento de suas Cláusulas e condições, ser considerado extinto pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável, ou modificado em suas Cláusulas e condições, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA X – SALDO – O saldo não aplicado dentro dos prazos fixados, deverão ser recolhidos aos cofres públicos da União mediante guias.

E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, foi o presente Convênio, assinado pelas partes supramencionadas, em presença de testemunhas abaixo, dele se extraíndo cópias para sua publicação e execução.

a) **MÁRIO MACHADO DE LEMOS**
Ministro da Saúde

a) **DR. IVAN B. FONTOURA**
Secretário de Saúde do Estado do Paraná

a) **JOÃO BATISTA FOCÁCIA**
Presidente da Associação Paranaense de Reabilitação

a) **PROPCIO CALDAS FILHO**
Secretário de Assistência Médicas

a) Testemunhas
Ilegível

A Comissão de Constituição e Justiça.

86/74

Curitiba, 20 de dezembro de 1974

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de convênio celebrado em 29 de outubro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, e a Prefeitura Municipal de Pérola, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida a apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá desta Colenda Casa o apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) **EMÍLIO GOMES – GOVERNADOR DO ESTADO**

Termo de Convênio, como abaixo se declara entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Pérola.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil) daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria de Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General MÁRIO CARNEIRO PORTES, e pelo Bacharel ANTONIO LOPES DE NORONHA, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado, pela sigla "D.E.O.E.", representado – perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro GERHARD LEO LINZMEYER – por seu Diretor Geral, Engenheiro ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO; e a Prefeitura Municipal de Pérola – consoante autorização outorgada pela Lei Municipal nº 190, de 01/04/74 –, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal ELIZEU LARRES DO CARMO, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no (s) processo (s) de protocolo (s) nº (s) 461/74 e 1.292/74 – D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1 – O objeto do presente convênio e a construção, na sede do Município de Pérola, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do Projeto /D.E.O.E. nºs 5.787 a 5.776 (02 a 04) e da Especificação/D.E.O.E. nº 26/73.

1.1.1 – A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 135,00 m² (cento e trinta e cinco metros quadrados).

1.1.2 – Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. nº 5.328 e Especificações/D.E.O.E. nºs 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 – O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DA OBRA

2.1 – A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob nº 6.621 no Livro 3-H de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Xambrê, deste Estado, terreno esse constituído pela data de terras nº 21 (vinte e um) da quadra nº 7 (sete) da cidade e Município de Pérola, deste Estado, com a área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados).

2.2 – A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 – No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 – No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se à empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 – O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 – A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da Obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade

Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 – A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CUSTEIO DA OBRA

3.1 – O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 – A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o (s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação (ões) própria (s) e o (s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL (Lei Estadual nº 6.102, de 27/5/70, parcialmente alterada pela Lei Estadual nº 6.409, de 13/6/73), tendo sido, quanto a esta, extraído em 29/10/74, o empenho de verba nº 155, no valor de Cr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros).

3.2 – Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 – 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 9.750,00).

3.2.2 – 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (13.000,00).

3.2.3 – 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages. (Cr\$ 13.000,00).

3.2.4 – 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias. Cr\$ 13.000,00).

3.2.5 – 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 13.000,00).

3.2.6 – 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 3.250,00).

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

4.1 – Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 – Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA – DA PLACA INDICATIVA

5.1 – Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 – A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONVÊNIO

6.1 – O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas assim como poderá – independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial – ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento,

por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 – Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS

8.1 – Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

- a) MÁRIO CARNEIRO PORTES
Secretário da Segurança Pública do Estado
- a) GERHARD LEO LINZMEYER
Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado
- a) ELIZEU LARRES DO CARMO
Prefeito Municipal de Pérola
- a) ANTONIO LOPES DE NORONHA
Diretor da Polícia Civil
- a) ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO
Diretor Geral do D.E.O.E.

OFÍCIOS:

Do Senhor Governador do Estado, sob o nº 309/74, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº:

270/73: Do Senhor Deputado GABRIEL MANOEL, que visa declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Fátima e Caridade, sediada em Nova Fátima. – À C.C.J.

Do Senhor Governador do Estado, sob o nº 310/74, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº:

176/74: do Senhor Deputado IVO THOMAZONI, que dispõe sobre a concessão da gratificação de produtividade de que trata a lei nº 6.593/74, aos ocupantes dos cargos que especifica, do Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas, tendo o Veto Parcial incidido sobre as expressões “e Taquígrafo”, constantes do art. 1º e sobre as disposições do art. 2º e seu parágrafo único. – À C.C.J.

Sob os nºs 306/74, 307 e 308/74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nºs:

40/73: Do Senhor Deputado LEOPOLDO JACOMEL, que visa autorizar o Poder Executivo a instituir a “FESTA DO SOJA” no Município de Palotina, a realizar-se no terceiro domingo do mês de maio dos anos ímpares a partir de 1975. – À C.C.J.

212/73: Do Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO, que dispõe sobre normas para transferência de partes territoriais de um Município para outro. – À C.C.J.

78/74: Do Senhor Deputado JORGE SATO, que objetiva acrescentar ao art. 59, da Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972, parágrafo dispondo que ocorrendo qualquer catástrofe de caráter individual, como incêndio, ou de caráter geral, como inundações, ou outras calamidades semelhantes, o valor do crédito tributário relativo ao I.C.M., será parcelado em prestações iguais, sem incidência de juros e correção monetária, tendo em vista a situação sócio-econômica da empresa devedora. – À C.C.J.

Sob o nº 300/74 do Senhor Governador do Estado, comuni-

cando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº:

632/65: Do Senhor Ex-Deputado ARNALDO BUSATO, que visa a criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Jacutinga, com sede na localidade do mesmo nome, Município e Comarca de Francisco Beltrão. – À C.C.J.

REQUERIMENTOS

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje um voto de regozijo pelo 12º Aniversário do Jornal “Diário Popular”, editado nesta Capital.

Tendo à frente de sua direção o jornalista Abdo Aref Khudri, o Diário Popular sempre primou pela prática do bom jornalismo, veiculando sempre a notícia através da imparcialidade que sempre caracteriza o bom jornal.

REQUER, outrossim, que se dê ciência do teor deste Requerimento à direção do referido veículo de divulgação.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975.

a) ADALBERTO DAROS

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de ser construída uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando os Municípios de São Jerônimo a Londrina, nos lugares denominados Terra Nova, em São João e Tamarana, em Londrina.

Tal reivindicação se faz necessária e beneficiaria grandemente os habitantes da região, pois os que residem em São Jerônimo, para virem a Londrina, ou vice-versa, tem que dar uma volta de mais de 150 quilômetros e, com a nova ponte, far-se-ia este percurso em 10 quilômetros aproximadamente.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de regozijo pela passagem, nesta data, do 12º aniversário de Fundação do Jornal “Diário Popular”.

Durante este período caracterizou-se o veículo da comunicação pela sua independência e permanente defesa em favor de nossa comunidade.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Diretor do “Diário Popular”, Abdo Aref Kudry, cumprimentando-o e a seus funcionários pela expressiva data.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos, um voto de congratulações pelo transcurso, em data de hoje, do 12º aniversário de fundação do Jornal “Diário Popular”, dirigido pelo jornalista e bacharel ABDO AREF

KUDRY, Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência àquele órgão de imprensa.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais requerem após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Brasil e ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, demonstrando a necessidade e solicitando a instalação de uma agência do Banco do Brasil S/A, na cidade de Altônia.

JUSTIFICATIVA: Com uma área de 53.000 alqueires, ocupados por uma população crescente que já se aproxima do total de cem mil habitantes dedicados quase que em sua maioria ao cultivo de 43 milhões de cafeeiros, o Município de Altônia aparece no cenário agrícola, como o maior produtor de café do mundo.

Entretanto, se bem que seu comércio varejista configure-se também como dos mais autantes, Altônia não dispõe ainda de uma agência do Banco do Brasil, sendo servida apenas por bancos particulares e por agência do Banco do Estado do Paraná.

Por outro lado, encontram-se cadastrados na agência do Banco do Brasil em Iporã, cerca de 2.750 clientes residentes no Município de Altônia, que se obrigam a percorrer os trinta quilômetros que separam as duas sedes municipais para realizarem as suas transações.

Quase oito mil agricultores já se encontram filiados ao Sindicato Rural de Altônia, o que patenteia o caráter eminentemente agrícola de um dos mais prósperos dentre os municípios paranaenses e que vem sentindo a necessidade dos benefícios das diversas faixas de crédito e dos múltiplos serviços prestados pelo Banco do Brasil S.A.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

a) ANTÔNIO FACCI

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Senhor Presidente da Central do Paraná, solicitando a construção de um viaduto entre as estacas de números 680 a 682, no corte denominado 393, ligando a Rodovia do Café às localidades de Pinhalzinho, Vista Alegre e Fazenda Brasileira.

Tal medida se faz necessária, pois a atual passagem deixa muito a desejar, constituindo perigo aos veículos e máquinas que por ali trafegam.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Senhor Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL —, no sentido de ser determinada a extensão da rede de energia elétrica aos Distritos de: Bairro dos França, Natingui, Lageado, Briolândia, todos situados no Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, formulando veemente apelo no sentido de asfaltar até BANDEIRANTES, a estrada que liga a cidade de Abatiá.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve usando de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário REQUER: Apelo ao Sr. Governador do Estado do Paraná, que determine ao DER estudos, no sentido de ligação asfáltica entre os municípios de Ribeirão Claro e Joaquim Távora, cujo percurso passe pelo Município de Carlópolis.

JUSTIFICATIVA: Os meios de comunicação, principalmente no que se refere às estradas são precaríssimos, mesmo com bom tempo, trazendo constantes prejuízos para toda aquela região, que muito contribuiu e continua contribuindo para o desenvolvimento do Paraná. Se não fosse somente por isto, já suficientemente justificável, deve-se levar em consideração a construção da Rodovia nº 092, que liga a PR 151 até Joaquim Távora. O atendimento desta reivindicação, se atendida, vem fazer justiça a uma das regiões que mais contribuiu para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975.

a) LÁZARO DUMONT

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a designação do Grande Expediente desta Casa, dia 11 de março próximo, para palestra do Engº Ayrton Cornelsen sob o tema "TURISMO NO PARANÁ".

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

Senhor Presidente.

O Serviço de Transporte de Passageiros (taxis) em Curitiba, na Região Metropolitana, e demais Municípios tem gerado um permanente clima de intranquilidade entre os que prestam esse tipo de serviço e certa ausência de melhor atendimento entre os órgãos públicos envolvidos, desde que a legislação sobre a matéria, embora disciplinadora, não encontrou ainda, entre as partes e os órgãos envolvidos, uma condição de efetiva observância.

Tal situação, a perdurar, tende a provocar a repetição de graves episódios já verificados, agravando-os a situações imprevisíveis, além de ao longo tempo deteriorar a precípua finalidade que é a prestação de um serviço de utilidade pública.

A Assembléia Legislativa do Estado, por sua Comissão competente, está sendo chamada a estudar a questão e propor-lhe medidas equacionadoras.

O quadro há de ser complementado, a par das informações já disponíveis, com o manuseio das informações agora solicitadas a esse Departamento Estadual de Trânsito.

1 — Qual a política disciplinadora exercida pelo Departamento Estadual de Trânsito, à luz da legislação vigente, com rela-

ção ao serviço de transporte de passageiros (taxis), envolvendo Curitiba, e os demais Municípios no que respeita a prestação de serviços em toda a área metropolitana sem observância dos limites territoriais de cada Município;

2 — Está havendo cumprimento das normas legais estabelecidas e atendimento às decisões judiciais firmadas, com relação ao assunto?

3 — O DETRAN exerce ou tem exercido qualquer tipo de fiscalização nos Municípios da área citada, a par das prerrogativas municipais, relativamente à efetiva prestação de serviços nas suas respectivas áreas municipais? (A fim de se conhecer da qualidade e da quantidade do atendimento prestado pelo serviço de taxi às populações dos respectivos Municípios).

4 — Aos Municípios com menos de cem mil habitantes é facultado o uso de taxímetros. A tarifa é estabelecida a partir do cálculo do custo operacional dos veículos. Em todos esses relacionamentos sempre se procurou considerar as condições sócio-econômicas das comunidades servidas.

a) Quais os Municípios da Região Metropolitana, com menos de cem mil habitantes que possuem taxímetros?

b) Quais as tarifas estabelecidas em cada um deles?

(Presume-se, pelos dados que se manuseia, que a Capital disponha de renda per capita superior aos demais Municípios da Região, e que sua população tenha alcançado uma melhor condição sócio-econômica. Aferidos a igual tarifa de Curitiba, os taxímetros dos demais Municípios operando em suas áreas próprias estariam cobrando uma super tarifa daqueles a quem caberia o uso exclusivo ou prioritário do serviço).

5 — Quantos veículos (taxis) foram licenciados, em cada um dos Municípios da Região nos anos de 1971, 72, 73, 74 e 75?

Sala das Sessões, em 04 de março de 1975.

a) ENÉAS FARIA

Senhor Presidente.

O Serviço de Transporte de Passageiros (taxis) em Curitiba, na Região Metropolitana, e demais Municípios tem gerado um permanente clima de intranquilidade entre os que prestam esse tipo de serviço e certa ausência de melhor atendimento entre os órgãos públicos envolvidos, desde que a legislação sobre a matéria, embora disciplinadora, não encontrou ainda, entre as partes e os órgãos envolvidos, uma condição de efetiva observância.

Tal situação, a perdurar, tende a provocar, a repetição de graves episódios já verificados, agravando-os a situações imprevisíveis, além de ao longo tempo deteriorar a precípua finalidade que é a prestação de um serviço de utilidade pública.

A Assembléia Legislativa do Estado, por sua Comissão competente, está sendo chamada a estudar a questão e propor-lhe medidas equacionadoras.

O quadro há de ser complementado, a par das informações já disponíveis, com o manuseio das informações agora solicitadas à Prefeitura Municipal.

1 — Qual a política disciplinadora exercida pela Prefeitura Municipal de Curitiba, à luz da legislação vigente, com relação ao serviço de transporte de passageiros (taxis), envolvendo Curitiba e os demais Municípios no que respeita a prestação de serviços em toda a área metropolitana sem observância dos limites territoriais de cada Município?

2 — Está havendo cumprimento das normas legais estabelecidas e atendimento às decisões judiciais firmadas, com relação ao assunto?

3 — A Prefeitura Municipal exerce ou tem exercido (relatar) fiscalização relativamente à efetiva prestação de serviços na área municipal?

a) Há estatística que estabeleça condições de se julgar satisfatória a relação número de habitantes/número de taxis?

b) Qual o número de alvarás concedidos para o funcionamento de taxis em Curitiba, nos anos de 1971, 72, 73, 74 e 75 e qual a previsão até o final do presente ano?

4 — Está havendo observância integral da Lei Municipal que dispõe sobre o assunto?

5 — Qual o número de:

a) Empresas e respectivamente o número de seus veículos.

b) Autônomos e respectivo número de seus veículos.

c) Motoristas profissionais autorizados para a prestação desse serviço.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1975.

a) ENÉAS FARIA

PROJETOS DE LEI

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 7/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Artigo 1º — Fica incluído no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a retificação, a pavimentação da estrada que liga a cidade de Palmeira a Ponta Grossa.

Artigo 2º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1975.

) LINEU MANSANI TURRA

PROJETO DE LEI Nº 8/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

rt. 1º — Fica criado o Município de Vera Cruz D'Oeste, desmembrado do Município de Céu Azul;

rt. 2º — O Município de Vera Cruz do Oeste começa no Rio Xaxim, ponto de encontro da linha leste-oeste da divisa entre as glebas rio Quarto e Guairacá, seguindo pela referida linha rumo leste até seu final, daí segue rumo norte pela divisa entre glebas do Rio Quarto e São Francisco até atingir o Rio São Francisco Falso Braço Norte, pela qual desce até alcançar a foz da Sanga Barra Funda e por este acima até a sua nascente de onde por linha Seca e reta alcança a Foz do Rio Xaxim até alcançar o ponto de encontro da linha leste-oeste das glebas rio Quarto e Quairacá: ponto de partida;

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor, revogadas as disposições em contrário.

a) EGON PUDELL

PROJETO DE LEI Nº 9/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma estrada com pavimentação asfáltica, ligando a BR-369 a

GUÁÍRA, passando por ASSIS CHATEAUBRIANT.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1975.

a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA: — A construção da pretendida estrada apresenta, sem dúvida, inegáveis benefícios para o nosso Estado, oferecendo uma opção de trânsito ao vertiginoso progresso da região, trazendo inubitáveis vantagens para a economia do Paraná.

Assim sendo esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência fará inicialmente a leitura da composição numérica das Comissões Permanentes.

(LÊ-) — Cálculo realizado com o atendimento do disposto 38 do Regimento Interno.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ARENA — 4 (quatro) MDB — 5 (cinco—)

ARENA — 4 (quatro) MDB — 5 (cinco)

Comissão de Finanças e de Orçamento — ARENA - 4 (quatro) —
MDB - 5 (cinco)

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

INSTRUÇÃO PÚBLICA

TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

COMISSÃO DE POLÍCIA

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

REDAÇÃO

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

COMISSÃO DE TURISMO

Todas essas comissões: ARENA - 3 (três)
MDB - 2 (dois)

Solicitaria aos Srs. Líderes, a indicação dos representantes das respectivas Bancadas em cada uma das Comissões Técnicas permanentes.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedimos a palavra no Pequeno Expediente, tendo em vista Requerimento apresentado ontem nesta Casa de Leis, de autoria do nobre Deputado Otássio Pereira, isto porque, Srs. Deputados, há muito tempo, que se luta para que Alvorada do Sul tenha naquela localidade uma estrada asfáltica.

Depois de construída a Charles Naufal, o Governo procurou e nós sabemos do início da grande obra, inicialmente, com a construção da estrada que vai de Charles Naufal até o Município de Bela Vista do Paraíso, estendendo-se depois até Sta. Margarida.

E nós pudemos inclusive no fim do ano passado, em diversos contatos mantidos com o Governador Emílio Gomes, sensibilizá-lo, para o apressamento da construção desta Rodovia que permitirá a ligação definitiva ao Estado de São Paulo através de Paranapanema.

E o Requerimento ontem, indiscutivelmente apresentado, pelo Deputado Otássio Pereira, serve de subsídio para a tese que estamos defendendo, inclusive, daqui da Tribuna, quero esclarecer ao ilustre Deputado Otássio Pereira de que o Projeto já foi concluído e entregue ao DER pela Esteio Engenharia S/A, que se

encontra em fase de análise, e deve ser encaminhado ao Conselho Administrativo e ao Conselho Rodoviário do Estado e, possivelmente, no prazo de sessenta dias, ele terá condições de licitação.

Entendo assim, que agora tem merecido e vem merecendo as atenções do Governo do Paraná, e tem merecido e vem merecendo as atenções do DER. E estamos convictos que possivelmente ainda este ano, dentro do plano de obras que deverá muito em breve ser encaminhado, neste ano, terá início a pavimentação asfáltica, ligando Sta. Margarida até Alvorada do Sul. Uma vez que as ligações Bela Vista e Sta. Margarida já foram feitas e também já foram inauguradas pelo Governo.

Nestas condições hoje viemos à tribuna apenas para este esclarecimento e para agradecer aos companheiros pelo seu interesse. É uma obra que sem dúvida alguma tem uma representação extraordinária para o Município de Alvorada do Sul e, porque não dizer, para o Paraná, porque permitirá a interligação do Estado de São Paulo através do próprio Porto Alvorada.

Era o registro que queria fazer, num sentido mais de esclarecimento em função do adiantamento do próprio projeto e do interesse que o DER tem demonstrado na conclusão daquela obra.

— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Enéas Faria.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria, no dia de hoje, de tornar público e também para que constasse dos Anais da Casa, o primeiro pronunciamento oficial do MDB após as eleições de 15 de novembro no Paraná.

Todo o Paraná esperou e espera ainda a palavra daquele Partido que representou as aspirações históricas numa determinada fase da vida deste País e que há de corresponder, doravante, com atos e palavras às expectativas de todo o Estado.

Em reunião na cidade de Ponta Grossa o MDB, através de membros de seu Diretório, de sua Bancada, houve por bem, com a presença do Deputado Otássio Pereira, em Guarapuava, tornar pública a declaração de Guarapuava, cuja leitura fazemos nesta ocasião.

(Lendo): "Houve uma importante razão política e histórica na escolha da cidade de Guarapuava como sede do 1º Encontro Estadual do MDB do Paraná. É que esta região do terceiro planalto paranaense tem uma comprovada tradição de luta pela liberdade, que é uma vocação inata do homem que habita suas coxilhas. E é também aqui que se encontra à frente da administração municipal um dos mais respeitados e inteligentes líderes estaduais do Partido — o Prefeito Nivaldo Kruger, ao qual o MDB do Paraná apresenta sua solidariedade moral e política nesta hora em que é ele vítima de interesses pequenos que contrariam o desenvolvimento do Município e negam a grandeza que ele possui. Confia o MDB no Poder Judiciário do Paraná, ao qual cabe agora a decisão.

Nesse seu primeiro encontro, o MDB do Paraná declara que aceita com humildade e com responsabilidade o resultado das eleições de 15 de novembro, que lhe foi vantajoso e que, mais que o direito, lhe assegurou a certeza de que será poder brevemente.

A acentuada representação do Partido na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional está imbuída da responsabilidade de continuar fazendo posição, permanente e rigorosa. Desta forma, o MDB mantém em relação ao Governo do Estado a mais absoluta independência: com ele não se compromete, nem com esta. Será fiscal dos seus atos, obras e serviços. Não será oposição sistemática e maldizente, nas oposições séria, responsável e construtiva. Respeitaremos e exigiremos respeito. E saberemos apro-

var os atos do Governo, quando estes servirem ao Paraná e ao seu destino de grandeza, pelo que esperamos correspondência imediata com as seguintes medidas:

- a) — a pronta remessa à Assembléia Legislativa do “Estatuto do Magistério”, primeiro passo para um tratamento condigno dos graves problemas do ensino paranaense;
- b) — a abolição imediata dos famigerados comandos políticos, instrumentos corrosivos da própria autoridade administrativa;
- c) — medidas concretas de defesa da agricultura, para impedir o crescente esvaziamento econômico do Estado;
- d) — um plano de emergência de asfaltamento para as estradas do Paraná;
- e) — destinação de recursos para a imediata construção de hospitais regionais, notadamente psiquiátricos;
- f) — transferência para os municípios de recursos proporcionais aos encargos da competência do Estado que lhe são atribuídos.

No plano nacional, o MDB do Paraná reafirma seus postulados, mantendo-se em posição de luta pelo restabelecimento do Estado de Direito com a revogação das medidas de exceção; pela defesa das nossas riquezas; pelo fortalecimento da empresa privada nacional; pela equitativa distribuição da renda nacional, principalmente através de melhores salários; pela proteção da agricultura nacional, diante dos especuladores internacionais,

Na perseguição de seu grande objetivo histórico, que é a conquista da plena democracia, o MDB registra que continuará instando junto aos poderes constituídos para que não esqueça o homem brasileiro e para que faça respeitar os seus direitos e garantidas individuais. Nessa postura, o MDB, que está unido e consciente e que manterá as posições das últimas eleições, declara-se em CAMPANHA PERMANENTE, para em termos imediatos conquistar expressiva vitória nas eleições municipais do ano que vem e, fundamentalmente, o Governo do Estado em 1978.

Finalmente, o MDB do Paraná proclama que, acima do poder, que é efêmero, entusiasma-o e o impulsiona e sua crença inabalável nos valores permanente que alicerçam a caminhada da humanidade para um mundo de paz, justiça e prosperidade”.

Este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o documento de Guarapuava que o MDB gostaria de trazer de público a esta Casa, para que constasse dos Anais, a fim de que o Paraná tivesse dele conhecimento.

— (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria, e profundamente, que a minha estréia na Tribuna desta Casa fosse para tratar de altos e relevantes problemas da terra paranaense. Queria, e profundamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aqui pudesse, já no início, nesta primeira vez — buscando, quem sabe, o diálogo com os eminentes companheiros desta Assembléia — levantar as questões que afligem a nossa gente e da maneira tão profunda. Talvez pudéssemos já, no alvorecer dos nossos trabalhos, estar aqui contribuindo com soluções e até mesmo com debates e até mesmo com polêmicas, contribuindo para que o Paraná pudesse encontrar o equacionamento das grandes questões que estão aí.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tão profundo e tão grande como este problema e com esta questão, e maior talvez porque diz respeito àquilo que mais importante é, que tem por objetivo nosso trabalho, que é o homem, por isso mesmo tão importante e mais importante do que qualquer outra questão. É a questão que me proponho a trazer ao conhecimento da Casa.

Sei, e entendo, que cada um dos eminentes Deputados, pela sua vivência na vida pública, com conhecimento do cotidiano, está a par das questões que aqui se desenrolam. Uma dessa, que vem afligindo e que vem intranquilizando e que vem gerando a cada dia, problemas e novas questões, é a que diz respeito a pro-

blemática da prestação de serviços no transporte de passageiros, através de táxis.

Senhores Deputados, há legislação específica sobre a matéria, há normas legais, dispondo sobre o assunto, nelas há entendimento sobre a questão. Entretanto, até hoje, e já se vai algum tempo e alguns anos, não se conseguiu encontrar, nem mesmo pelo bom senso que deve orientar a conduta humana, um denominador comum capaz de satisfazer as partes que aí estão, poder-se-ia dizer até em litígio e à medida que as coisas são geradas em decorrência deste fato a intranquilidade começa a crescer e assume, tantas vezes, proporções imprevisíveis nas consequências que se possa atentar.

Não é desconhecido dos eminentes Deputados que dessa questão tem se originado, até mesmo, o mais triste e o mais reprovável dos atos humanos que é a prática da violência que não fica somente entre aqueles que estão envolvidos na questão e se estão envolvidos e se existe intranquilidade parece-me que ela é gerada e produzida exatamente porque àqueles a quem cabe a responsabilidade e equacionar o problema, de buscar a solução até hoje não se voltaram mais enfaticamente em busca da solução capaz de satisfazer os interesses dos envolvidos neste problema.

Criada uma região metropolitana em nossa área da Capital este serviço, tumultuou-se porque nada se conseguiu, e aqui queimo etapas, Srs. Deputados, na certeza de que os eminentes companheiros estão senhores da legislação que rege esta matéria.

Criada a região metropolitana da Capital passou-se a uma interpenetração de serviços com veículos da Capital, quicá exercendo seu trabalho em outras áreas com certeza, com veículos de outros Municípios da região atuando na área da Capital.

Prontificou-se a Prefeitura de Curitiba, depois de um trabalho incisivo que pudemos realizar com a Câmara Municipal, a dar de sua parte cobro à situação. À época nos pareceu que o Departamento Estadual de Trânsito, a quem cabe também parcela de responsabilidade, buscou um entendimento mais profundo com a Prefeitura Municipal e com as demais Prefeituras da região.

Repentinamente porém, depois que fatos desagradáveis tivessem acontecido voltou a eclodir este mesmo movimento e aí estão novamente nos jornais, e aí está novamente a imprensa a dar conhecimento, aí está a perspectiva de consequências não sabemos quais serão e poderão ocorrer, razão porque me dispuz a trazer-lhes a questão ao conhecimento.

Poderia, para melhor emoldurar a questão, atirar alguns detalhes sobre a matéria, poderia dizer-lhes que em Curitiba conseguiu-se produzir uma lei a respeito da matéria, senão primorosa, pelo menos buscou uma perfeição, buscou atingir um estado acima da média por qualquer razão até talvez pela necessidade de se colocar em execução os serviços. O mesmo fato não ocorreu ao redor da nossa cidade, e os municípios aqui vizinhos e integrantes da região viram-se também acoimados com o mesmo serviço, mas não nos cuidamos das restrições de regulamentações que Curitiba exige para os seus serviços.

Senhores Deputados, as ruas de Curitiba têm sido palco de violência, quicá os gabinetes de órgãos governamentais estejam sendo palco de uma troca de desentendimentos; as partes começam a se acirrar, os ânimos se acirram. Há pouco, e até se está projetando e no emocional da questão talvez se chegue a esses encontros mais numerosos das duas partes para resolver pela maneira antiga, da brutalidade, o que a inteligência dos homens a quem cabe a solução ainda não conseguiu resolver. Não é, Senhores, propriamente uma crítica, não é, Senhores, propriamente um menosprezo nem uma diminuição a quem quer que seja. A intenção é uma, a intenção de buscar solução, é a intenção de fazer com que esta Casa participe da questão, o objetivo é de que tudo se concilie, a intenção é sensibilizar o Poder, mais afeto a essa questão e portanto mais diretamente chegado a estes problemas, que tenha uma participação efetiva na busca de uma solução. É por isso que ousei, Senhores, ousei trazer o problema ao conhecimento da Casa. Pode parecer a princípio que a questão seja menos, pode ser que a princípio a capacidade, o talento e a vocação pública dos nossos

eminentes Deputados se vejam diminuídas diante de uma questão que não teria, ao primeiro olhar, a grandeza que estivesse a requerer a sua participação no problema, mas, tenho a certeza, Senhores Deputados, e não quero ser responsável pelo menos sozinho, tenho certeza de que, daqui para a frente as consequências efetivamente serão imprevisíveis, e mais do que isto, as autoridades terão o seu poder, diminuindo se não se encontrar u'a maneira de todos, sentados, aqueles que temos parcela de responsabilidade na condução da coisa pública, de todos, sentados em torno de uma mesa busquemos a solução. Sei também e sabem os Senhores, que há outras questões em torno da matéria, profundas e graves, há outros assuntos que estão quem sabe a inibir outros procedimentos, há atitudes e interesses em jogo e nós sabemos que existem, mas, é preciso que acima de quaisquer interesses predomine o interesse popular.

Senhores, devo encaminhar à consideração da Casa, algumas atitudes que pretendo propor, com relação ao assunto. A primeira delas, permita-me daqui, Sr. Presidente, passar à leitura do Requerimento. (Lê):

"Sr. Presidente:

O Serviço de transporte de passageiros (taxis) em Curitiba, na Região Metropolitana e nos demais Municípios, tem gerado um permanente clima de intranquilidade entre os que prestam esse tipo de serviço e de certa disensão entre os órgãos públicos envolvidos no assunto, desde que a legislação sobre a matéria, embora disciplinadora, não encontrou ainda, entre as partes e órgãos envolvidos uma condição de efetiva observância.

Tal situação, a perdurar, tende a provocar a repetição de graves episódios já verificados, agravando-os a situações de imprevisíveis consequências além de, ao longo do tempo, deteriorar a precípua finalidade que é a prestação de um serviço de utilidade pública.

Considerando que cabe a esta Casa ponderável parcela de responsabilidade sobre o assunto.

Requer seja instalada a desenvolver um profundo e acurado estudo da matéria à Comissão Especial de 5 Membros nesta Assembléia Legislativa que, afinal, produzir uma análise da situação e propor as medidas que se entender necessárias para contribuir no equacionamento da questão.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975".

Ainda, Sr. Presidente, passo à consideração da Casa outro expediente. (Lê):

"Sr. Presidente:

Uma obreira classe de profissionais presta relevante serviço de utilidade pública e ainda não viu objetivado um dos seus grandes anseios, qual seja a regulamentação da profissão.

Numa época em que se procura assegurar condições profissionais efetivas a quantos laboram nesta pátria, se faz necessário que data venia da alta compreensão dos eminentes integrantes do Parlamento Nacional e das autoridades governamentais competentes — se alerte a todos quantos têm parcela de responsabilidade na questão para que, efetuados os estudos requeridos, se passe a uma decidida atuação em busca da implantação de normas capazes de assegurar os mecanismos legais regulamentadores profissionais.

Ainda considerando,

Requer seja encaminhado expediente pleiteando, lei QUE REGULAMENTE A PROFISSÃO DE MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (TÁXIS):

- 1 — Ao Exmo. Sr. Ministro dos Negócios do Trabalho.
- 2 — Aos Exmos. Srs. Líderes da Arena e do MDB no Senado da República e na Câmara dos Deputados.
- 3 — Aos Exmos. Srs. Senadores e Deputados Federais integrantes da bancada do Paraná no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975".

Líder do MDB, eu quero, sob a responsabilidade dele, em nome dele, apresentar a solidariedade da Liderança do MDB desta Casa à posição ora defendida por V. Exa. e se me fosse permitido, Deputado Enéas Faria, gostaria de fazer uma sugestão em caráter pessoal. Houve por bem V. Exa. em propor que se enviasse Expediente ao Congresso Nacional e ao Sr. Ministro do Trabalho, pedindo a imediata regulamentação da Profissão dos Motoristas de táxi. Mas, me parece, Sr. Presidente, Srs. Deputados que, segundo as próprias informações trazidas pelo Sr. a esta Casa, há iminência possibilidade de constantes conflitos de interesses entre partes e entre Municípios. Gostaríamos por isso de sugerir que houvesse por bem o Deputado Enéas Faria de acatar a nossa sugestão, estudasse ele a possibilidade de constituir Comissão Especial desta Casa, para, em termos mais efetivos, estudar a matéria e dentro da competência desta Assembléia, poder oferecer as sugestões ou dirimir a dúvida que do problema possa existir.

O SR. ENÉAS FARIA — Nobre Deputado, devo agradecer a solidariedade que em seu nome V. Exa. me presta à causa que estamos defendendo. Conseguiu V. Exa. sensibilizar também a liderança do meu Partido, a liderança do MDB para a mesma questão na sugestão de V. Exa. nobre Deputado, no sentido de que seja criada uma Comissão Especial nesta Casa que é permitida pelo Regimento Interno, para o tratamento da questão, para a propositura da solução que da maneira com que eu vejo as coisas, encontra maior amparo.

E acabo eminente Deputado, de propor a criação desta Comissão, há instantes atrás.

Acabei de fazê-lo e será encaminhado o documento respectivo ao Sr. Presidente da Casa.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (assentimento).

Inicialmente, considerado válido o Requerimento de V. Exa. quer me parecer que em observância ao Artigo 34 do Regimento Interno, V. Exa. deveria, no Requerimento, fixar o número dos Deputados, membros da pretendida Comissão Especial. Devo, nobre Deputado, salientar a V. Exa. que há alguns anos, o problema que se convencionou chamar de intervenção dos motoristas cogminados jocosamente de "piranhas", com carros emplacados nos municípios vizinhos da Capital, trabalhando nos limites dos municípios de Curitiba. Neste caso, da lei, vários Srs. Deputados de ambos os partidos em sucessivos pronunciamentos, procuraram alertar as autoridades, exigindo delas urgentes medidas no sentido de coibir abusos. Se para outra coisa não serviu o alerta, ensinou a que o DETRAN exigisse legislação municipal restritiva no tocante a licenciamento de veículos sem o que o Departamento Estadual de Trânsito não emplacava, não deferia as placas de táxis que passaram dentro da nova legislação a dar uma proporcionalidade de um veículo para 800, 900 e para mil habitantes, de acordo com as determinações das leis municipais, sempre, muito criteriosas votadas pelas Câmaras Municipais.

Tenho, nobre Deputado Enéas Faria, uma preocupação de que a egrégia Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, veja na propositura de V. Exa. que muito embora preconize justiça, antevejo a solução de um problema grave que está a prejudicar a bom atendimento que deverá haver dentre uma classe tão laboriosa que são os operosos motoristas de táxis não só da Capital mas de todo o Estado. Temo, nobre Deputado, que esta Casa de Leis, esteja quebrando uma autonomia dos Poderes Legidlativos de Curitiba, no caso.

Lamentaria ouvir algum eminente Vereador da Capital, afirmando que estaríamos pretendendo agir em terreno da irrestrita competência daquele Poder, porque quer me parecer depende da Prefeitura Municipal com o aval do futuro administrador municipal, toda a propositura e, no final, toda a legislação que deva orientar e disciplinar, este ou outros serviços considerados de utilidade pública.

Fica, nobre Deputado, com o desejo de colaborar com V.

Exa., esta preocupação que espero a receba com o único sentido de evitarmos que nos debitem qualquer sentido de prepotência, que sei V. Exa. não tem e nenhum dos Senhores Deputados a têm, porque ninguém mais que os Senhores Deputados vêem na figura de nosso Vereador aquele homem combativo e responsável que deve antes de qualquer outro por nós ser sempre valorizado. Obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Devo agradecer o aparte pelas duas preocupações fundamentais que levantou. A primeira quanto à forma regimental da proposição e, agradecendo, devo testemunhar a V. Exa. que talvez no instante em que lia o Requerimento, como já ocorreu anteriormente com outro Deputado, qualquer defeito de som ou qualquer falha do aparelho sonoro, tenha feito com que alguma palavra ficasse perdida, mas está redigido regimentalmente.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Tão somente para consultar V. Exa. sobre o número de membros que propõe para a Comissão Especial.

O SR. ENÉAS FARIA — A Comissão Especial integrada por cinco membros e afinal justificaria porque entendo a preocupação que V. Exa. levantou, conheço bem a Câmara Municipal de Curitiba, como de resto alguns eminentes companheiros que têm assento nesta Casa e que são de lá oriundos, tratamos muito desta matéria e sabemos que até certo ponto o Vereador pode atuar e, dali para frente, tem as limitações, fica impotente na condução do problema, porque o mesmo deixa as fronteiras legais de suas funções na Câmara Municipal.

Por isso, eminente Deputado, não vejo como poderia o Vereador de qualquer município ser atingido, menosprezado, diminuído, ou ferido, na sua atribuição, se esta Casa viesse a tratar do assunto. Entendo que não se deve prescindir da atuação do Vereador no problema. Mas, esses problemas são quase do Estado inteiro.

Ainda há pouco, Srs. Deputados, conversando com um eminente Companheiro, soube que, esse problema também existe em municípios mais distantes do Estado; onde muitos carros vão além de suas fronteiras, gerando atritos da mesma ordem.

Então parece que a atuação que a Assembléia possa desenvolver neste problema, possa oferecer subsídios para a solução desses problemas.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, gostaria de informar a V. Exa. que esse problema já é uma questão intermunicipal. Todavia, a nós parece que esta providência da Assembléia Legislativa trará solução para o problema idêntico que vivem muitos municípios do Estado. E também, Sr. Deputado, devo dizer que todos os municípios interessados seriam ouvidos. E, também, a mim parece que esse problema é de interesse da Segurança Pública, e problemas dessa natureza compete ao Estado prover e evitar que ocorram.

O SR. ENÉAS FARIA — Perfeitamente, a sugestão de V. Exa. é válida, como também é válida a sugestão do eminente Líder da ARENA.

E entendo mais, que na prática parlamentar, possamos inovar, buscando sempre um estágio mais aprimorado de trabalho. Não vejo porque esta Comissão Especial não possa ser integrada por Vereadores dos diversos Municípios envolvidos na questão. O que traria um intercâmbio de conhecimentos a respeito do assunto.

Tenho ainda, Sr. Presidente, mais dois Requerimentos a apresentar à Casa, com relação ao assunto. Dois Requerimentos de informação, dirigidos ao DER e à Prefeitura Municipal de Curitiba. Não vou lê-los, Sr. Presidente, simplesmente encaminharei à Mesa e deixarei a questão a debate do Plenário.

Quando vim fazer este pronunciamento, vim com a maior tranquilidade, buscando a solução do problema, mas chegou-me ao conhecimento um fato lamentável, ocorrido nesta Casa e vou me retirar. Mas, deixo à consideração da Casa a constituição de uma Comissão Especial para solução do problema. Deixo a Casa com tranquilidade, com a mesma tranquilidade que aqui vim, e com o bom senso com que procurei conduzir a orientação daqueles que estão envolvidos na questão e que chegaram a mim. Pois, parece que não se encontra, nas autoridades, o mesmo eco, a mesma recíproca. Chegou-me ao conhecimento de que um dos líderes dos motoristas de táxi de Curitiba acaba de ser preso. E, a esta altura, não se sabe efetivamente o que está ocorrendo. Deixarei o recinto desta Casa para tratar desse assunto. Mas voltarei, e então, denunciando o que precisa ser denunciado, agora sim, trazendo ao conhecimento desta Casa o que precisa ser trazido, agora sim, não mais falando por metáforas, agora sim, fazendo com que neste Plenário ecoem as verdadeiras razões que estão a impedir que o problema seja solucionado.

(PALMAS DA GALERIA)

O SR. PRESIDENTE — (FAZ SOAR AS CAMPAINHAS) A Mesa compreende o entusiasmo da galeria pelas palavras do orador que está na Tribuna, no entanto, o Regimento Interno da Assembléia, no seu artigo 119, diz: "qualquer pessoa poderá assistir às sessões da galeria, contanto que estejam desarmadas e guardem o maior silêncio sem dar sinal de aplauso ou reprovação ao que se passar na Assembléia".

Assim, a Mesa da Assembléia solicita às galerias que se mantenham em silêncio, sem se manifestar.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pretendo hipotecar inteira solidariedade à proposição do Deputado Enéas Faria. Naturalmente, o problema exposto tem gerado uma intranquilidade social, notória, pública.

Eis que, as soluções são buscadas e a morosidade para solucionar o problema é patente. Naturalmente, nesta Casa de Leis, onde se reúnem os Deputados estaduais para determinar e buscar soluções para problemas da comunidade paranaense, é de bom alvitre que os problemas que os conflitos sociais sejam denunciados antes que aconteçam. Há de se formalizar uma Comissão Especial desta Casa, para que em entendimento diplomático com as Câmaras Municipais ou com quem de competência, se faça uma pesquisa, se dialogue, para que se encontre uma solução imediata, urgente para que os legítimos, os autênticos direitos dos nossos trabalhadores, da nossa gente, sejam atendidos.

Agradeço a V. Exa. o aparte que me permitiu oferecer.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço ao eminente Deputado o aparte e a solidariedade que traz ao assunto que estamos a abordar.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não desejo, absolutamente, impedir que V. Exa. saia desta Tribuna para atender alguém que está sofrendo uma injustiça, mas não fica bem que V. Exa. deixe a Tribuna sem que esta Liderança indague de V. Exa., primeiro se esse cidadão teria sido preso pelo Serviço de Segurança da Assembléia, nas dependências deste Poder, se as autoridades da Casa constatarem fazer parte do corpo de Segurança desta Casa, ou se o episódio dessa prisão ocorreu fora dos limites deste Poder, para que informados, nós, os Deputados da Arena, hipotequemos a V. Exa. total e irrestrita solidariedade nesse episódio, porque tanto quanto V. Exa. os Deputados da Arena não admitem e não transigem quando autoridade extravasa de sua competência e se atribue autoridade para chegar ao ponto de ferir moral e fisicamente qualquer cidadão brasileiro que viva neste Estado.

V. Exa. tem nossa solidariedade, todavia, é prematuro pretender desta Tribuna acirrar ânimos, sem que se tenha conhecimento dos detalhes de qualquer ocorrência, porque pode ter acontecido que o cidadão tenha, por qualquer razão, talvez por estar de ânimo exaltado, pretendido também, quem sabe, ferir

alguém investido de autoridade.

Era o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço a solidariedade de V. Exa. e a solidariedade que empresta em nome da ARENA.

Concederei as informações, assim que as possuir criteriosas e de fontes fidedignas.

O SR. ADALBERTO DAROS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Escutei com atenção o pronunciamento de V. Exa. Congratulo-me com V. Exa. por ter trazido a esta Casa este assunto porque, oriundo da Câmara Municipal, tratei desta matéria naquela Casa de Leis. Todavia, não poderia, nesta oportunidade, após o que aconteceu na tarde de hoje, após esse lamentável acontecimento dizer o que sinto.

Gostaria de dizer a esta Casa e ao eminente amigo Enéas Faria que, no meu entendimento, se estamos vendo coisas como estas, os responsáveis, Sr. Deputado, meus nobres Pares, dever-se-ia dizer que são os Prefeitos Municipais da região metropolitana que, sem conhecimento talvez de nada, jogaram em seus Municípios determinado número de placas, o que veio ocasionar todo este problema.

Quero deixar, nesta oportunidade, o meu voto de parabéns a V. Exa. por ter levantado nesta oportunidade esta questão.

O SR. ENÉAS FARIA — Obrigado ao nobre Deputado. Para tranquilizar a Casa e aos Srs. Deputados devo dizer que não estou contra quem quer que seja que procura ganhar a vida com decência e dignidade. O que desejo apenas é que se busque regulamentar e disciplinar a atitude de cada um no desempenho de sua profissão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa., permite um aparte? (Assentimento).

Sem querer retê-lo por mais tempo, desejo apenas fazer um apelo no sentido de pedir a V. Exa. que volte a esta Tribuna para esclarecer as razões não esclarecidas nesta oportunidade quando disse, ao final de seu pronunciamento, que teria outras razões, que teria falado por metáforas. Gostaríamos que V. Exa. revelasse a nós Deputados do interior, não muito afeitos aos problemas da Capital, todas as razões ocultas que envolvem esta matéria que, a meu ver é da competência da Câmara Municipal, mas que por deferência do líder da Arena torna-se desta Casa.

Pediria a V. Exa. que trouxesse todos os dados possíveis, os quais tem conhecimento, para que possamos realmente tomar a atitude necessária e correta para que tal caso, para que tais acontecimentos não sejam mais repetidos.

Este o apelo que faço a V. Exa., que esclareça a todos as razões ocultas que V. Exa. mencionou.

O SR. OSWALDO MACEDO — (Pela ordem). Sr. Presidente, os fatos que vieram ao conhecimento desta Casa, nesta hora parecem gravíssimos e que dizem respeito à prisão de determinada pessoa no recinto da Assembléia. Parece-me que não somente fere a autonomia, como a independência e a soberania deste Poder.

Não conhecendo todo o Regimento da Casa por ser novo, entendo que esta Mesa deveria determinar providências imediatas para que os fatos fossem apurados e viessem ao conhecimento da Casa o mais breve possível, a fim de que pudéssemos saber o que ocorreu no recinto desta Casa Legislativa.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, o funcionário que serve o Plenário acaba de trazer a seguinte informação:

Um sargento da Polícia Militar do Estado do Paraná em serviço, acaba de informar que quatro indivíduos raptaram com todas as evidências de sequestro uma pessoa à frente deste Plenário. A informação, segundo o funcionário, diz que o referido cidadão não tem nenhuma ligação com a laboriosa classe dos motoristas. É a informação que me acaba de chegar, trazida por um dos funcionários deste Plenário, funcionário este que me merece toda confiança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em seguida à Questão de Ordem, a Mesa está tomando conhecimento neste momento, de que tenha sido esta pessoa, presa, dentro do recinto da Assembléia.

Diz o nosso Regimento, artigo 118: (Lê): "O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, prioritariamente, à Comissão Executiva, sem intervenção de qualquer outro Poder.

Parágrafo Único: Para esse Policiamento a Comissão poderá requisitar praças da Polícia Militar ou guarda-civis, que serão postos à inteira e exclusiva disposição da Mesa."

Nestas condições, Senhores Deputados, somente a Mesa tem autoridade para julgar e prender alguém, dentro do recinto da Assembléia.

V. Exa. está com toda razão, houve este caso, com a ignorância da Mesa e do Plenário. Entretanto, a Mesa ainda está alheia aos fatos, está recebendo as primeiras informações e vai se informar melhor a fim de responder plenamente a questão de ordem do nobre Deputado.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encerrar a minha passagem pela Tribuna, devo dizer, eminente Deputado Gabriel Sampaio, que se tranquilize, porque voltaremos a esta Tribuna, aqui, ou na Comissão que me parece local mais apropriado, local onde se estará estudando toda a problemática que envolve a questão.

— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do Expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lineu Mansani Turra, constante do Expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do Expediente, Necessita de apoio. — APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/74, de autoria do Dep. João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios de Contenda e Balsa Nova. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 87/74, de autoria do Dep. Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cascavel", com sede na Cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 134/74, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 6 de 18/02/59. Sem pareceres, EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do Expediente solicitando voto de regozijo pelo 12º Aniversário do Jornal "Diário Popular", editado nesta Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passa-

gem, do 12º aniversário de fundação do jornal "Diário Popular". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 12º aniversário de fundação do jornal "Diário Popular". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Central do Paraná, visando a construção de um viaduto entre as estacas de números 680 a 682, no corte denominado 393, ligando a Rodovia do Café às localidades de Pinhalzinho, Vista Alegre e Fazenda Brasileira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando a designação do Grande Expediente desta Casa, dia 11 próximo, para palestra do Engenheiro Ayrton Cornelsen, sob o tema "Turismo no Paraná". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Copel, no sentido de que se digne determinar a extensão da rede de energia elétrica a diversos Distritos no Município de Ortigueira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Enéas Faria, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Departamento Estadual de Trânsito. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Este foi um dos Requerimentos que o autor, por exiguidade de tempo, não pôde fazer a leitura da Tribuna. Esta liderança apoiou e votou favoravelmente ao Requerimento do Deputado Enéas Faria, porque tinha conhecimento do teor do mesmo.

Quero confessar a V. Exa. que, talvez em função da distribuição do som neste Plenário, não me apercebi do texto deste Requerimento, e é esta, tão somente esta, a razão pela qual peço permissão para discutir o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do Requerimento para a Sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar ao D.E.R., estudos visando a ligação asfáltica entre os Municípios de Ribeirão Claro e Joaquim Távora, cujo percurso passe pelo Município de Carlópolis. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, bem como ao Sr. Diretor Geral do D.E.R., no sentido de asfaltar até Bandeirantes, a estrada que liga a cidade de Abatiá. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Valter Pietrângelo e Antônio Facci, constante do Expediente, solicitando sejam enviados expedientes aos Srs. Ministro da Fazenda, Governador do Estado e Presidente do Banco do Brasil S.A., no sentido de efetuar estudos visando a instalação de uma agência do referido Banco, na cidade de Abatiá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da Tribuna, solicitando seja instalada a desenvolver um profundo e acurado estudo da matéria, Comissão Especial de cinco membros desta Casa, para, afinal, produzir uma análise da situação do Serviço de Transporte de Passageiros. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria,

lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente pleiteando lei regulamentando a profissão de motorista de transporte de passageiros (taxis), a diversas autoridades. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do D.E.R., no sentido de ser construída uma ponte no Rio Tibagi, ligando os Municípios de São Jerônimo à Londrina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Prefeitura Municipal, com referência ao serviço de transporte de passageiros. — Em discussão.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a Sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações à Revista "Paraná em Páginas", pela passagem do seu décimo aniversário. — Em discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL DE QUADROS — (Para discutir). Sr. Presidente, na sessão de ontem, havíamos solicitado a palavra. E porque entendemos que, por um motivo sentimental, profundamente sentimental, dos tempos em que, nesta Capital, exercíamos a função de homem de rádio e de imprensa, e conhecemos a figura de Gomes Chagas, Diretor Geral de "Paraná em Páginas". Entendo, Sr. Presidente, que não poderia me furtar de assumir a Tribuna quando esse Requerimento apresentado pelo nobre Deputado Enéas Faria, visto que conheço "Paraná em Páginas", a sua magnífica confecção, a sua extraordinária penetração entre os homens públicos; entre os homens de negócios, prefeituras e empresas, e cujas atuações têm destaque nessa revista.

E para que se tenha uma idéia de denodo, da atuação do dirigente de "Paraná em Páginas" e do interesse que ele sempre teve pelos órgãos da imprensa. E "Paraná em Páginas" muito tem colaborado com as comunidades paranaenses. O corpo redacional da Revista é composto pelo Dr. Wanderlei Dias; Hugo Martins Kosop; Dr. Bacilla Neto; Fausto Luiz Abri; Leszek Celinski; Dr. Joaquim de Oliveira Portes; Mussa José Assis; Osni Bermudes; Ailton Cordeiro; Luiz Geraldo Mazza e Alberto Noel de Paula, indiscutivelmente uma grande equipe de colaboradores e que tem permitido ao lado do Diretor Geral e do Diretor Gerente fazer de "Paraná em Páginas" um órgão de expressão na imprensa paranaense.

Foi esta a razão porque, na sessão de ontem, solicitei para discutir o Requerimento. Hoje aproveitamos para dizer de nossa satisfação e da certeza que temos que o Requerimento há de receber o apoio incondicional da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, visando a construção de prédio escolar no Município de Santa Izabel do Ivaí. — Em discussão.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado, conforme solicitação que já foi feita ontem.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei ontem para discutir o Requerimento do nobre

Deputado, somente para dizer que o referido assunto da construção do Ginásio de alvenaria no distrito de São João do Ivaí se encontra já na Fundepar, com uma escritura de doação da área pela Prefeitura Municipal, desde o ano passado, para ser incluído neste ano no plano de obras da Fundepar, ora em execução.

Portanto, me congratulo também com o Deputado que tive a honra de disputar com ele a eleição naquele município, esclarecendo que foi incluído, que está previsto no plano de obras deste ano, a construção daquele Ginásio.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Encerrada a discussão. — APROVADO.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, embora, não tivéssemos acompanhado de dentro do Plenário o incidente ocorrido nesta Casa, gostaríamos que a Mesa, que parece ter pendente uma informação no tocante a se houver violação do artigo 118 e seguintes do Regimento Interno, no tocante à Polícia interna, no exercício do policiamento interno da Assembléia. Gostaríamos de saber se a Mesa já tem as informações que foram solicitadas.

Reputamos, e por isso insistimos no pedido, reputamos gravíssima a ocorrência, se realmente ela se verificou no âmbito do Poder Legislativo. Daí a nossa insistência, porque se são frequentes em nosso País as prisões arbitrárias, nós não estamos neste momento vislumbrando partidarismo político e entendemos que acima dessa ocorrência está o exercício pleno de nosso mandato.

Não podemos ver uma Assembléia Legislativa funcionando com ocorrências dessa natureza, se realmente elas estão se realizando.

Daí o pedido da Bancada do MDB, no sentido de que seja, de imediato, pela egrégia Mesa, apurado o fato e informada a Casa para que fique ressalvada a sua soberania que é intocável.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem do Deputado Muggiati Filho, a Presidência mandou tomar todas as informações para apurar que se de fato ocorreu uma prisão dentro de suas dependências foi sem aquiescência e sem conhecimento da Comissão Executiva.

A Mesa está com a mesma preocupação de V. Exa. e não deixará que esta Assembléia Legislativa, que este Poder que a Comissão Executiva representa, seja ferida por quem quer que seja. Se houver violência saberemos protestar tão alto como os dois líderes desta Casa.

Prometo, Srs. Deputados Muggiati Filho e Ivo Thomazoni que os culpados, se houver, serão punidos para defendermos a soberania da Assembléia Legislativa. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 136/72.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 25/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 699/75, de 29 de janeiro de 1975 deste Poder,

RESOLVE:

conceder a CARMEM APARECIDA FREGONEZE, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1973, a partir de 29 de janeiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral
PORTARIA Nº 26/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 1231/75, de 24 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria nº 234/74, que designou, WALTER JOSÉ PEIXER, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 3 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 27/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 421/75, de 20 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a DARCI KLIEMANN, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, 30 (trinta) dias de férias, referentes ao exercício de 1973, a partir de 3 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 28/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 671/75, de 29 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar para prestar serviços no Departamento Administrativo, o funcionário WILSON OZIERES PIOVEZAN, ora à disposição deste Poder Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral